



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Relações Étnico-Raciais, Povos Indígenas, População Negra, Comunidades Tradicionais e Políticas Sociais

**Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais no Brasil:  
Faíscas para uma Educação Antirracista na  
Formação em Serviço Social**

Renan Vieira de Santana Rocha <sup>1</sup>

**Resumo:** O presente estudo explora a interseção entre Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais no Brasil, destacando a importância de uma educação antirracista na formação em Serviço Social. Para tal, baseando-se metodologicamente no formato de ensaio teórico, o mesmo tem por objetivo analisar uma experiência proposta de ensino da interseção supracitada, no contexto da graduação apontada. Em seus resultados, ponderam-se possíveis abordagens sensíveis para a interseção supracitada, visando à promoção de uma Saúde Mental equitativa e que leve em consideração o combate ao racismo estrutural. Conclui-se destacando a necessidade urgente de uma prática profissional em Serviço Social (e demais profissões da saúde) que reconheça e aborde as determinações étnico-raciais no campo da Saúde Mental.

**Palavras-Chave:** Saúde Mental; Relações Étnico-Raciais; Racismo Científico; Formação em Serviço Social; Ensaio Teórico.

**Abstract:** The present study explores the intersection between Mental Health and Ethnic-Racial Relations in Brazil, highlighting the importance of anti-racist education in Social Work training. Methodologically based on the format of a theoretical essay, it aims to analyze a proposed teaching experience of the aforementioned intersection within the context of undergraduate education. Its results contemplate potential sensitive approaches to the aforementioned intersection, aiming to promote equitable Mental Health considerations while addressing structural racism. It concludes by emphasizing the urgent need for professional practice in Social Work (and other health professions) to recognize and address ethnic-racial determinants in the field of Mental Health.

**Keywords:** Mental Health; Ethnic-Racial Relations; Scientific Racism; Social Work Education; Theoretical Essay.

---

<sup>1</sup> Psicólogo. Professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutor em Saúde Coletiva (UFBA) e Especialista em Estudos Étnicos e Raciais (IFBA). Membro-Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre a Desigualdade Social (LEDS/UNIFESP) e do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares (NERP/UNIFESP). E-mail: [renan.rocha@unifesp.br](mailto:renan.rocha@unifesp.br).



## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a discussão teórico-metodológico-crítica sobre o racismo e a formação étnico-racial brasileira tem uma longa e importante trajetória, mas cujo reconhecimento e corroboração coletiva tem se alargado nos estudos científicos, mais aprofundadamente, desde a segunda metade do século XX, até os dias atuais (ALMEIDA, 2019). Hoje, a constatação de que o Brasil é um país racista, marcado por práticas racistas em diferentes instâncias da vida pública, é um ponto de convergência entre diferentes pesquisadoras e pesquisadores, mesmo que com eventuais divergências (CHALHOUB, 1986; MUNANGA, 2004; ALMEIDA, 2019); o que reflete, *per sí*, a complexidade e a profundidade que há no esforço de analisar tal fenômeno social.

Além de suas manifestações evidentes na estrutura e na dinâmica das relações na sociedade, o racismo também tem um impacto profundo e multifacetado no bem-estar individual e coletivo (ALMEIDA, 2019); assim, o sofrimento gerado por práticas racistas não se limita apenas ao âmbito externo, mas também penetra na esfera subjetiva, acarretando consequências significativas para a saúde mental das pessoas afetadas por tal (BATISTA; WERNECK; LOPES, 2012; DIMENSTEIN *et al.*, 2017; ROCHA, 2023; 2024).

De tal modo, o que se vê hoje é uma imprescindibilidade de profissionais da saúde que adotem uma postura crítica diante das questões relacionadas ao racismo; o que, em última instância, deve ser uma obrigação comum e coletiva. Ignorar os aspectos racializados e racistas que marcam e demarcam a sociedade brasileira, no processo de trabalho em saúde, pode não apenas negligenciar necessidades de cuidado específicas de determinados grupos, mas também contribuir para a perpetuação da questão social (étnico-racial) brasileira, reforçando estruturas injustas e desiguais, ainda, com base na cor da pele e na herança étnico-racial (DAVID *et al.*, 2021; ROCHA, 2023; 2024).

Nesse ínterim, nota-se que, dentre as profissões que têm se destacado pela sua abordagem crítica e engajada na problemática do racismo (dentre outras problemáticas em Direitos Humanos), o Serviço Social emerge como uma das mais relevantes (ALMEIDA, 2015). Nos últimos anos, fruto das lutas da categoria profissional por uma revisão fundamental das bases de sua atuação, observa-se um crescente interesse e engajamento dentro da área, refletindo uma preocupação crescente com a justiça social numa perspectiva de equidade de gênero, sexualidade, étnico-racial, entre outros. Logo, focalizando-se as questões étnico-raciais, temos visto que o debate sobre a questão social e sobre os efeitos nefastos do capitalismo tem sido ampliado e enriquecido pela contribuição e reflexão proporcionadas por uma leitura antirracista diante das políticas sociais (BORGES; PIRES,



2023); contribuição, desta feita, que em muito pode encontrar ressonâncias no Serviço Social.

Isto dito, é no entremeio destas considerações preliminares, que fazem as vezes de justificativa, que o presente trabalho surge; tomado pelo desejo, como objetivo primaz, de compartilhar uma proposta pedagógica para o ensino de “Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais no Brasil”, no âmbito de um curso de graduação em Serviço Social, em uma Universidade Federal do país. Para tal, ensaisticamente, serão apresentados alguns pontos sobre: como se estrutura um ensaio-teórico; o que fundamenta a nossa proposta pedagógica; e quais discussões podem ser feitas a partir dos elementos que constituem a proposta pedagógica posta em tela. Então, passemos, imediatamente, ao esforço aqui proposto e que será empreendido a seguir.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1. Método

O ensaio-teórico é uma abordagem metodológica em pesquisa que se concentra na produção de análises e sínteses acerca de diferentes fenômenos, mas cujo olhar basilar se dá, majoritariamente, pela experiência daquele que se debruça sobre a sua escrita. Assim, ao contrário de métodos empíricos, o ensaio-teórico não se baseia na coleta de dados primários, mas sim em uma espécie de revisão crítica, fundamentada na literatura acadêmica relevante ao que se está propondo para a discussão. Nesse sentido, o pesquisador utiliza sua habilidade analítica e sua capacidade de síntese para elaborar comentários fundamentados, muitas vezes com o objetivo de preencher lacunas conceituais e/ou propor novas abordagens teóricas e/ou pedagógicas para cercar a questão em discussão (MENEGETTI, 2011).

Conforme nos traz Meneghetti (2011), uma das vantagens do ensaio-teórico se dá, portanto, pela sua flexibilidade e adaptabilidade a uma variedade de campos e disciplinas; em outras palavras, ao permitir um mergulho aprofundado em teorias e conceitos, pouco afeito a sistematizações pré-determinadas, o ensaio-teórico possibilita uma compreensão mais livre sobre um determinado problema de pesquisa em questão. Além disso, o ensaio-teórico possibilita, ainda, integrar diferentes perspectivas teóricas e disciplinares, na medida em que, no “caldeirão” proposto, cabe ao pesquisador a decisão sobre quais autoras e autores podem somar-se à reflexão em andamento. Sobre isso, vale citar Meneghetti (2011):

O ensaio permite que os sujeitos relacionados a ele desenvolvam sua autonomia intelectual e formem seu próprio conhecimento, sem cair na racionalidade totalitária,



que tende a enquadrar a compreensão da realidade a partir do estabelecimento de verdades aparentes (p. 330).

Sendo assim, o presente estudo compreende-se como um ensaio-teórico, cujo objetivo primaz, conforme citado anteriormente, é compartilhar uma proposta pedagógica para o ensino de “Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais no Brasil”, no âmbito de um curso de graduação em Serviço Social, em uma Universidade Federal do país. Para dar conta de tal objetivo, em nossa próxima subseção, apresentaremos esquematicamente a forma como compreendemos o possível ensino da interface em tela para, na subseção seguinte, discutirmos as possibilidades deste mesmo ensino frente a cada um dos elementos elencados; objetivo este cuja consecução dar-se-á, imediatamente, a seguir.

## 2.2. Resultados

Para a consecução de uma disciplina conforme proposto, sugere-se, como ementa basilar, um conjunto de discussões que versem sobre a história da Saúde Mental e das Relações Étnico-Raciais no Brasil, perpassando desde as teorias clássicas racistas, até as práticas contemporâneas antirracistas – ressaltando-se os quatro tempos históricos do pensamento sobre tal relação no Brasil: o momento biológico-causal (1870-1930); o momento culturalista (1930-1970); o momento relacional (1970-1990); e o momento político-instrumental (2000-2020).

Espera-se que a mesma tenha como objetivo geral compreender o percurso histórico supracitado, e que tenha como objetivos específicos: caracterizar os conceitos fundamentais do campo da Saúde Mental (na perspectiva da Reforma Psiquiátrica Brasileira e da Luta Antimanicomial); caracterizar os conceitos fundamentais do campo dos Estudos Étnicos e Raciais (p.ex.: Raça, Etnia, Racismo e Relações Étnico-Raciais); propor uma possibilidade de classificação histórica sobre a relação entre Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais no Brasil, a partir da definição de quatro tempos históricos (momento biológico-causal; momento culturalista; momento relacional; e momento político-instrumental); e dialogar acerca de autoras, autores e perspectivas contemporâneas da discussão sobre Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais no Brasil, intentando apresentar uma contemporaneidade antirracista do pensamento e da práxis em Saúde Mental, em absoluto e permanente diálogo com autoras, autores e perspectivas contemporâneas do Serviço Social.

Para garantir o conteúdo programático, sugere-se, outrossim, uma organização que compreenda dois grandes blocos: um primeiro, constituído de conceitos fundamentais para compreender o cenário que envolve a Saúde Mental, as Relações Étnico-Raciais, o Serviço Social e a formação étnico-racial brasileira; e um segundo, constituído do delineamento histórico acerca da relação entre Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais, compreendido desde o final do século XIX até o início do século XXI.



Apenas a título ilustrativo, a organização que propusemos deu-se da seguinte forma:

**Tabela 1** – Conteúdo Programático.

Bloco	Tema
Bloco 01	Introdução: Saúde Mental, Relações Étnico-Raciais e Serviço Social no Brasil
	Caracterizações Iniciais: Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial no Brasil
	Caracterizações Iniciais: Raça/Etnia, Racismo e o Campo dos Estudos Étnicos e Raciais no Brasil
Bloco 02	1º Tempo do Pensamento: A Eugenia, o Racismo Científico e a Escola Nina Rodrigues
	2º Tempo do Pensamento: Crítica ao Racismo Científico vs. Mito da Democracia Racial
	3º Tempo do Pensamento: Branqueamento, Branquidade e Branquitude no Brasil
	4º Tempo do Pensamento: Um Horizonte de Práticas Antirracistas em Saúde Mental
	Fechamento: A Contemporaneidade do Pensamento Científico sobre Saúde Mental, Relações Étnico-Raciais e Serviço no Brasil

**Fonte:** Elaboração dos autores (2024).

Estes foram os elementos mais basilares que compuseram a nossa proposta para uma disciplina em “Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais no Brasil”, no âmbito do curso de graduação em Serviço Social de nosso exemplo.

### 2.3. Discussão

Para a primeira temática da disciplina (*Introdução: Saúde Mental, Relações Étnico-Raciais e Serviço Social no Brasil*), pondera-se a necessidade de se introduzir a discussão proposta, considerando que tanto a Saúde Mental, quanto as Relações Étnico-Raciais (e o Serviço Social) são macrocampos do conhecimento, gigantes em suas acepções. Este primeiro momento deve, portanto, eliciar interesses, dúvidas, inquietações, desconfortos e expectativas com relação à disciplina e a interface em tela, possibilitando um começo de alinhamento entre docente, discentes e disciplina.

Introduzida a mesma, os dois primeiros encontros devem focar em apresentar conceitos básicos, que permitam às pessoas o tráfego coletivo e comum por compreensões



fundamentais aos macrocampos da Saúde Mental e das Relações Étnico-Raciais. Este momento não deve ter como plano de fundo a ideia de que as pessoas “já sabem coisas” sobre, por exemplo, a loucura e o racismo, na medida em que este “saber das coisas” (que é importante e não deve ser desconsiderado) pode se dar no campo do senso comum, com leituras “naturalizadas”, em que ideias sobre tais elementos figuram, inclusive, de forma bastante preconceituosa (p.ex.: “todo louco é perigoso”; “o racismo desaparece quando paramos de falar sobre ele”, etc.).

Logo, no segundo encontro (*Caracterizações Iniciais: Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial no Brasil*), espera-se que possam ser discutidos os elementos básicos que constituem o campo da Saúde Mental, denotando seu caráter fundamentalmente interdisciplinar e multiprofissional; as políticas públicas que a sustentam; a trajetória histórica que levou à luta pelo fim dos manicômios e pelo cuidado em liberdade; e os dispositivos contemporâneos que alimentam a política e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sobretudo na direção da Determinação Social da Saúde Mental (LANCETTI; AMARANTE, 2006; PAIM; ALMEIDA-FILHO, 2014; DIMENSTEIN *et al.*, 2017; AMARANTE, 2021).

Já no terceiro encontro (*Caracterizações Iniciais: Raça/Etnia, Racismo e o Campo dos Estudos Étnicos e Raciais no Brasil*) é fundamental dialogar quanto às diferentes possibilidades definidoras de conceitos como raça, etnia e racismo; apresentar diferentes autoras e autores fundamentais ao campo, ponderando-se as suas eventuais convergências e divergências intrínsecas; e contextualizar estas questões em termos históricos e contemporâneos (CHALHOUB, 1986; MUNANGA, 2004) – locus em que a evidenciação de dados estatísticos e epidemiológicos sobre a situação étnico-racial brasileira pode fortalecer, em muito, a discussão (BRASIL, 2016; 2017).

Vencidas as caracterizações iniciais, que constituem o nosso Bloco 01 – ou Bloco de Introdução – podemos passar à evidenciação histórica minuciosa, pertencente ao nosso Bloco 02 – ou Bloco de Aprofundamento – que nos conduzirá do final do século XIX até os dias atuais<sup>2</sup>.

No primeiro encontro deste bloco (*1º Tempo do Pensamento: A Eugenia, o Racismo Científico e a Escola Nina Rodrigues*), é pedra angular discutir o racismo científico e como se deu o seu desenvolvimento em nível internacional e nacional, entre 1870 e 1930, articulando-se o pensamento de Cesare Lombroso ao pensamento de Raimundo Nina Rodrigues e suas influências para a Antropologia Criminal Brasileira e as teorias da “natural

---

<sup>2</sup> Convém salientar que nesta nossa disciplina proposta, priorizou-se a discussão sobre as Relações Étnico-Raciais no Brasil a partir da perspectiva do racismo antinegro, tendo em vista o seu caráter majoritário no cenário da população brasileira. Contudo, outras perspectivas, que privilegiem uma análise partindo-se, p.ex., do racismo contra os povos indígenas ou contra os povos amarelos, pode ser igualmente significativa e interessante.



degenerescência” e do “animismo fetichista” da população negra (SCHWARCZ, 1993; ROCHA, 2023; 2024) – que viriam a dar lugar, em seguida, à eugenia e aos saberes-fazerem médico-eugênicos dos eugenistas brasileiros (SCHWARCZ, 1993; ROCHA, 2023; 2024).

No encontro seguinte (*2º Tempo do Pensamento: Crítica ao Racismo Científico vs. Mito da Democracia Racial*), deve-se evidenciar como no Brasil, entre os anos de 1930 e 1970, desenvolveram-se leituras alternativas à do racismo científico, mas não necessariamente críticas a este fenômeno. Isto bem se exemplifica na contradição entre os estudos culturalistas de Gilberto Freyre – na defesa da chamada “democracia racial” – e os estudos de Virgínia Leone Bicudo e Dante Moreira Leite, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – que procuravam apontar muito mais a influência social, econômica e política das diferenças socioculturais presentes na questão da raça, do que necessariamente a influência das variáveis ditas como “biológicas” (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012; ROCHA, 2023; 2024).

Os encontros seguintes devem evidenciar a mudança radical de pensamento que ocorre em nosso país a partir da segunda metade do século XX. Primeiramente, no encontro seguinte (*3º Tempo do Pensamento: Branqueamento, Branquidade e Branquitude no Brasil*), é vital que sejam apresentadas as leituras que repolarizaram a questão étnico-racial brasileira ao considerarem o sujeito branco como unidade de análise, e não apenas os sujeitos negros (ou não-brancos); e que, ao fazerem-no, puderam pensar nos impactos psicossociais de uma sociedade regida pela brancura àquelas e àqueles que não podem ou conseguem performar a branquidade (SOUZA, 1983; BENTO, 2002; CARONE; BENTO, 2002; ROCHA, 2023; 2024). Sabe-se que figuras como Cida Bento, Iray Carone e Neusa Santos Souza foram pilares desta reconfiguração, e apresentá-las às/aos estudantes (inclusive em seus textos originais) revela-se como uma ótima forma de abordar as questões deste momento (SOUZA, 1983; BENTO, 2002; CARONE; BENTO, 2002).

Por conseguinte, no encontro posterior (*4º Tempo do Pensamento: Um Horizonte de Práticas Antirracistas em Saúde Mental*), temos o momento mais próximo dos discentes, na medida em que ele se processa em puro frescor contemporâneo. Logo, não só podem ser trazidos à discussão autoras e autores contemporâneos da área, como podem ser instigados outros nomes, a partir dos conhecimentos das/os próprias/os estudantes. Mais ainda, neste momento, convém acrescentar as contribuições contemporâneas de autoras e autores do Serviço Social, que se somam ao novo modo de pensar práticas em Saúde Mental que partam de uma perspectiva antirracista; ou seja, autoras e autores que, mais do que denunciarem o racismo, procuram propor formas de enfrentá-lo e de produzir outras sociabilidades possíveis, justas e equânimes, em seu lugar (BATISTA; WERNECK; LOPES, 2012; DAVID et al., 2021; ROCHA, 2023; 2024).



O movimento iniciado no encontro anterior pode ter a sua culminância em nosso encontro de encerramento (*Fechamento: A Contemporaneidade do Pensamento Científico sobre Saúde Mental, Relações Étnico-Raciais e Serviço no Brasil*), em que espera-se, em metodologia participativa, que as/os estudantes possam demonstrar os conhecimentos adquiridos na forma de sínteses do conteúdo discutido ao longo da disciplina, articulados com os conhecimentos a partir do próprio Serviço Social (ALMEIDA, 2015); sínteses estas que, enfim, podem ocorrer de inúmeras formas, e que podem, ainda, configurar-se como o momento avaliativo da disciplina.

Esta é a trilha que ponderamos para o ensino de uma disciplina de leitura antirracista na graduação em Serviço Social. Longe de que a mesma surja como forma de homogeneizar ou hegemonizar possíveis outras leituras antirracistas na interface em tela, o presente deu-se, muito mais, pelo desejo de compartilhar uma proposta que consideramos como exitosa; e que, se assim o é, deve ser posta em diálogo com as/os pares docentes.

### **3. CONCLUSÃO**

Por conclusão, cremos que a interseção entre Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais no contexto brasileiro revela desafios importantes, que demandam o ensino a partir de leituras antirracistas na formação em saúde – e, deste modo, na formação em Serviço Social.

Este trabalho, assim, destacou a importância de (re)conhecer a história do racismo nas ciências e como as manifestações do mesmo impactam diretamente a Saúde Mental de populações não-brancas. A reflexão sobre a Saúde Mental sob uma lente antirracista, para as mais diferentes profissões da saúde – dentre as quais estamos enfocando o Serviço Social – não apenas amplia nossa compreensão dos determinantes sociais sobre o bem-estar humano, mas também sinaliza a necessidade premente de uma educação e práticas profissionais mais do que antirracistas: sensíveis e atuantes frente às questões étnico-raciais brasileiras.

Em suma, ao propormos, assim, a promoção de uma abordagem crítica e antirracista na formação em Serviço Social (dentro de todos os limites possíveis frente ao delineamento de uma disciplina única e pontual), o fazemos por partirmos do reconhecimento do quanto este pode contribuir significativamente para a construção de uma sociedade outra, em que o racismo não seja o incólume fiel da balança.



#### 4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sheila Dias. *Serviço Social e Relações Raciais: Caminhos para uma Sociedade sem Classes*. *Temporalis*, v. 15, n. 29, p. 311-333, 2015.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda (Orgs.). **Saúde da População Negra**. 2. ed. Brasília: ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branqueamento e Branquitude no Brasil*. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

BORGES, Silier Andrade Cardoso; PIRES, Etiene de Santana. *O Compromisso do(a) Psicólogo(a) no SUAS: Questão Social, Relações Raciais e Proteção Social*. In: BRAMBILLA, B. B. et al. (Orgs.). **A Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Fundamentos, Desafios e Horizontes Teórico-Methodológicos**. Salvador: Diálogos Editorial, 2023, p. 89-105.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Uma Política para o SUS**. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde (MS), 2017.

BRASIL. **Painel de Indicadores do SUS Nº. 10: Temático Saúde da População Negra (Vol. VII)**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde (MS), 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

DAVID, Emiliano de Camargo; PASSOS, Rachel Gouveia; FAUSTINO, Deivison Mendes; TAVARES, Jeane Saska Campos. (Orgs.). **Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: O Pioneirismo Negro**. São Paulo: Hucitec Editora (Selo Diálogos da Diáspora), 2021.

DIMENSTEIN, Magda; SIQUEIRA, Kamila; MACEDO, João Paulo; LEITE, Jader; DANTAS, Cândida. *Determinação Social da Saúde Mental: Contribuições à Psicologia no Cuidado Territorial*. *Arq. Bras. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 69, n. 02, p. 72-87, 2017.

LANCETTI, Antonio; AMARANTE, Paulo. *Saúde Mental e Saúde Coletiva*. In: CAMPOS, G. W. S. (Org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec Editora, 2006, p. 615-634.

MENEGHETTI, F. K. *O que é um ensaio-teórico?*. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 02, p. 320–332, 2011.

MUNANGA, Kabengele. *Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia*. In: BRANDÃO, A. A. P. (Org.). **Cadernos PENESB 05 (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)**. Niterói: Editora da UFF, 2004, p. 15-34.

PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. (Orgs.). **Saúde Coletiva: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: MedBook, 2014. 720 p.



ROCHA, R. V. S. **História do Pensamento Científico Brasileiro sobre Saúde Mental e Racismo (Vol. 01): Da Eugenia ao Mito da Democracia Racial.** 01. ed. São Paulo: Editora Conhecimento Liberta, 2023.

ROCHA, R. V. S. **História do Pensamento Científico Brasileiro sobre Saúde Mental e Racismo (Vol. 02): Das Teorias Críticas às Práticas Antirracistas.** 01. ed. São Paulo: Editora Conhecimento Liberta, 2024.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. *Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro sobre Relações Étnico-Raciais.* **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 166-175, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro: ou as Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social.** Rio de Janeiro: Edições Graal (Coleção Tendências), 1983.